Processo C-395/21**Resumo do pedido de decisão prejudicial em aplicação do artigo 98.º, n.º 1, do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça****Data de entrada:**

28 de junho de 2021

Órgão jurisdicional de reenvio:

Lietuvos Aukščiausiasis Teismas (Supremo Tribunal da Lituânia)

Data da decisão de reenvio:

23 de junho de 2021

Recorrente:

D. V.

Recorrido:

M. A.

Objeto do processo principal

A atribuição (i) de uma quantia a título de remuneração, calculada com base num valor por hora, pelos serviços jurídicos prestados pela recorrente D. V. (uma advogada) ao recorrido M. A., e (ii) de juros de mora.

Objeto e fundamento jurídico do pedido de decisão prejudicial

A análise, no âmbito de um recurso de cassação, do processo que opõe a recorrente D. V. ao recorrido M. A. suscitou dúvidas quanto à apreciação, com base no artigo 169.º TFUE, no artigo 38.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (a seguir «Carta») e nos artigos 4.º, 6.º e 7.º da Diretiva 93/13/CEE do Conselho, de 5 de abril de 1993, relativa às cláusulas abusivas nos contratos celebrados com os consumidores (a seguir «Diretiva 93/13»), do caráter abusivo das cláusulas dos contratos celebrados pelas partes.

Questões prejudiciais

1. Deve o artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 93/13 ser interpretado no sentido de que a expressão «objeto principal do contrato» abrange uma cláusula – que não foi individualmente negociada e que figura num contrato de prestação de serviços jurídicos celebrado entre um empresário (advogado) e um consumidor – relativa ao custo e à forma como este é calculado?
2. Deve a referência no artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 93/13 ao carácter claro e compreensível de uma cláusula contratual ser interpretada no sentido de que basta especificar na cláusula do contrato relativa ao custo (que fixa o custo dos serviços efetivamente prestados com base num valor por hora) o montante dos honorários por hora devidos ao advogado?
3. Em caso de resposta negativa à segunda questão: deve a exigência de transparência ser interpretada no sentido de que abrange a obrigação de o advogado indicar no contrato o custo dos serviços cujos valores exatos podem ser claramente definidos e especificados antecipadamente ou deve também ser especificado o custo indicativo dos serviços (um orçamento preliminar pelos serviços jurídicos prestados) caso seja impossível prever o número (ou a duração) de ações específicas, e os respetivos honorários, no momento da celebração do contrato e os riscos que podem conduzir a um aumento ou a uma diminuição do custo? No âmbito da apreciação da conformidade da cláusula contratual respeitante ao custo com a exigência de transparência, é relevante saber se a informação relativa ao custo dos serviços jurídicos e à forma como este é calculado é fornecida ao consumidor através de meios adequados ou consta do próprio contrato de prestação de serviços jurídicos? É possível compensar a falta de informação nas relações pré-contratuais com informação fornecida durante a execução do contrato? A apreciação da conformidade da cláusula contratual com a exigência de transparência é afetada pelo facto de o custo final dos serviços jurídicos prestados só ser conhecido após a prestação destes ter terminado? No âmbito da apreciação da conformidade da cláusula contratual relativa ao custo com a exigência de transparência, é relevante que o contrato não preveja a apresentação periódica de relatórios do advogado sobre os serviços prestados ou a apresentação periódica de faturas ao consumidor, que permitiriam ao consumidor tomar em tempo útil uma decisão de recusa da prestação dos serviços jurídicos ou de alteração do preço do contrato?
4. Caso o órgão jurisdicional nacional decida que a cláusula contratual que fixa o custo dos serviços efetivamente prestados com base num valor por hora não está redigida de maneira clara e compreensível, como exige o artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 93/13, deve apreciar-se se esta cláusula é abusiva na aceção do artigo 3.º, n.º 1, da referida diretiva (ou seja, no momento da apreciação do carácter eventualmente abusivo da cláusula contratual, deve verificar-se se esta cláusula dá origem a um «desequilíbrio significativo» em detrimento do consumidor, entre os direitos e obrigações das partes no contrato) ou, tendo embora em conta que essa cláusula abrange informação essencial do contrato, o simples facto de a cláusula

relativa ao custo não ser transparente é suficiente para que seja considerada abusiva?

5. O facto de o contrato de prestação de serviços jurídicos não ser vinculativo, em conformidade com o artigo 6.º, n.º 1, da Diretiva 93/13, quando a cláusula contratual relativa ao custo tiver sido considerada abusiva, significa que é necessário restabelecer a situação em que o consumidor se encontraria se a cláusula que foi considerada abusiva não existisse? O restabelecimento de tal situação significa que o consumidor não tem a obrigação de pagar pelos serviços já prestados?

6. Caso a natureza de um contrato de prestação de serviços a título oneroso torne impossível o restabelecimento da situação em que o consumidor se encontraria se a cláusula que foi considerada abusiva não existisse (os serviços já foram prestados), a fixação da remuneração pelos serviços prestados [pelo] advogado é contrária ao objetivo do artigo 7.º, n.º 1, da Diretiva 93/13? Em caso de resposta negativa a esta questão, o equilíbrio real através do qual é restabelecida a igualdade das partes no contrato seria alcançado: (i) se o advogado fosse pago pelos serviços prestados ao valor por hora previsto no contrato; (ii) se o advogado fosse pago pelo custo mínimo dos serviços jurídicos (por exemplo, o previsto num ato jurídico nacional), nomeadamente, recomendações sobre o montante máximo dos honorários pela assistência prestada por um advogado; (iii) se o advogado fosse pago num montante razoável fixado judicialmente, tendo em conta a complexidade do caso, as qualificações e experiência do advogado, a situação financeira do cliente e outras circunstâncias relevantes?

Disposições de direito da União e jurisprudência do Tribunal de Justiça invocadas

Artigo 169.º TFUE, artigo 38.º da Carta, artigos 3.º a 7.º da Diretiva 93/13.

Acórdão de 21 de março de 2013, RWE Vertrieb AG/Verbraucherzentrale Nordrhein-Westfalen eV., C-92/11, n.º 44; Acórdão de 30 de abril de 2014, Kásler e Káslerné Rábai/OTP Jelzálogbank Zrt, C-26/13, n.ºs 37, 38 e 61; Acórdão de 21 de dezembro de 2016, Gutiérrez Naranjo e o., C-154/15, C-307/15 e C-308/15, n.ºs 51 e 62; Acórdão de 20 de setembro de 2017, Ruxandra Paula Andriciuc e o./Banca Românească SA, C-186/16, n.ºs 40, 44, 45 e 47; Acórdão de 20 de setembro de 2018, OTP Bank Nyrt. e OTP Faktoring Követeléskezelő Zrt./Teréz Ilyés e Emil Kiss, C-51/17, n.º 68; Acórdão de 14 de março de 2019, Zsuzsanna Dunai/ERSTE Bank Hungary Zrt, C-118/17, n.ºs 41 e 48; Acórdão de 9 de julho de 2020, XZ/Ibercaja Banco, SA, C-452/18, n.ºs 22 e 23.

Disposições de direito nacional invocadas

Artigo 6.228⁴ do Lietuvos Respublikos civilinis kodeksas (Código Civil da República da Lituânia, a seguir «CC»).

Artigo 50.º da Lietuvos Respublikos advokatūros įstatymas [Lei da República da Lituânia relativa à profissão de advogado (advokatas) de 18 de março de 2004].

Recomendações sobre o montante máximo dos honorários devidos a um advogado (advokatas) ou a um advogado estagiário pela assistência prestada em processos cíveis, aprovadas pelo Despacho n.º 1R-85 do Ministro da Justiça da República da Lituânia de 2 de abril de 2004 e pela Deliberação do Conselho da Ordem dos Advogados lituana de 26 de março de 2004 (na versão em vigor a partir de 20 de março de 2015).

Apresentação sucinta dos factos e do processo principal

- 1 O recorrido M. A., enquanto consumidor, celebrou cinco contratos para a prestação de serviços jurídicos com a recorrente, a advogada D. V. Nos termos dos n.ºs 1 a 4 do artigo 1.º de todos os contratos, a advogada comprometeu-se a realizar consultas verbais e/ou por escrito, a redigir projetos de documentos legais e a assiná-los, a efetuar a análise jurídica de documentos e a representar o cliente perante diversas instâncias no âmbito da execução de ações conexas. Segundo as disposições pertinentes de todos os contratos, os honorários da advogada eram de 100 euros por hora de consulta ao cliente ou de prestação de serviços jurídicos. Uma parte destes honorários era imediatamente devida após a apresentação, pela advogada, de uma fatura relativa aos serviços jurídicos, que tinha em conta as horas de consultas efetuadas ou a prestação de serviços jurídicos.
- 2 O tribunal de primeira instância e o tribunal de recurso deram por provado que D. V. prestou serviços nos meses de abril a dezembro de 2018 e de janeiro a março de 2019. D. V. apresentou faturas relativas a todos os serviços prestados cerca de um ano após a celebração dos contratos de prestação de serviços jurídicos.
- 3 Em 10 de abril de 2019, a recorrente intentou no tribunal de primeira instância uma ação de condenação do recorrido M. A. no pagamento de uma dívida de 9 900 euros pelos serviços jurídicos prestados, de 194,30 euros a título de despesas resultantes da execução das instruções do recorrido, de juros de 5 % ao ano sobre o montante atribuído, a contar do dia da propositura da ação no tribunal até execução integral da sentença, bem como das despesas do processo.
- 4 Segundo a apreciação do tribunal de primeira instância, foram prestados serviços jurídicos no montante de 12 900 euros ao abrigo de todos os contratos celebrados entre a recorrente e o recorrido. O tribunal declarou abusivas as cláusulas relativas ao pagamento dos serviços jurídicos prestados nos cinco contratos de representação e reduziu em 50 % o custo especificado dos serviços prestados (6 450 euros).
- 5 Em 30 de abril de 2020, a recorrente interpôs recurso, ao qual o tribunal de recurso negou provimento por Despacho de 15 de junho de 2020, tendo

confirmado a decisão do tribunal de primeira instância. Em 10 de setembro de 2020, a recorrente interpôs recurso de cassação.

Argumentos do tribunal de cassação e sua posição no processo prejudicial

- 6 No presente processo, o tribunal de cassação (a seguir «órgão jurisdicional de reenvio») expõe a sua posição e submete ao Tribunal de Justiça questões relativas: (1) à conformidade das cláusulas que constituem o objeto principal dos contratos de prestação de serviços jurídicos com a exigência de transparência; (2) às consequências jurídicas da declaração do caráter abusivo das cláusulas que fixam o custo de um contrato de prestação de serviços jurídicos.

Conformidade das cláusulas que constituem o objeto principal dos contratos de prestação de serviços jurídicos com a exigência de transparência

- 7 O órgão jurisdicional de reenvio salienta, antes de mais, que, no presente processo, é pacífico que o recorrido é uma pessoa singular que agiu com fins pessoais, sem prosseguir objetivos ligados à sua atividade profissional, e que a recorrente é uma advogada, que exerceu as suas atividades profissionais mediante remuneração, prestando serviços jurídicos a uma pessoa singular. Por conseguinte, os contratos celebrados entre as partes devem ser qualificados de contratos celebrados com o consumidor.
- 8 Segundo o órgão jurisdicional de reenvio, os contratos de prestação de serviços jurídicos celebrados entre a recorrente e o recorrido incluem duas cláusulas que têm uma importância fundamental para a resolução do litígio entre as partes: (i) a cláusula do contrato relativa ao custo (que fixa o custo dos serviços efetivamente prestados com base num valor por hora); (ii) a cláusula do contrato que diz respeito às modalidades de pagamento dos serviços jurídicos. Ambas as cláusulas são relevantes no âmbito do litígio controvertido, uma vez que, numa situação em que a recorrente indicou os honorários por hora mas não discutiu mais detalhadamente o alcance e a duração dos serviços jurídicos específicos nem o montante exatável dos honorários finais, e também não forneceu regularmente informações sobre o custo dos serviços jurídicos já prestados e não emitiu periodicamente faturas, o recorrido pode não ter conseguido avaliar a extensão dos serviços de que necessitava e o seu custo final, tanto no momento da celebração do contrato, como no momento da sua execução. O recorrido também não tinha a possibilidade de resolver o contrato ou os contratos de prestação de serviços jurídicos caso o custo dos serviços lhe parecesse demasiado elevado durante a execução do contrato ou dos contratos.
- 9 O órgão jurisdicional de reenvio questiona se o artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 93/13 deve ser interpretado no sentido de que a expressão «objeto principal do contrato» abrange uma cláusula – que não foi individualmente negociada e que figura num contrato de prestação de serviços jurídicos celebrado entre um empresário (advogado) e um consumidor – relativa ao custo e à forma como este é calculado.

Segundo o órgão jurisdicional de reenvio, tendo em conta o facto de esta cláusula constituir uma obrigação essencial para o devedor no âmbito de um contrato de prestação de serviços a título oneroso, a natureza, o regime geral e as disposições dos contratos de prestações de serviços jurídicos, bem como as circunstâncias jurídicas e factuais, há que classificá-la na categoria das cláusulas que figuram no artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 93/13 (cláusulas que constituem o «objeto principal do contrato»).

- 10 O órgão jurisdicional de reenvio salienta que, por um lado, é suficientemente evidente que a cláusula dos contratos controvertidos em matéria de custos é clara no plano gramatical. No entanto, existe uma dúvida razoável quanto à questão de saber se esta cláusula é compreensível, ou seja, se o consumidor médio consegue perceber as suas consequências económicas. Por conseguinte, no presente processo, coloca-se a questão da interpretação do conteúdo do princípio da transparência. Tendo em conta que um dos elementos essenciais da transparência de uma cláusula é a apreciação da informação fornecida ao consumidor, importa esclarecer, no presente processo, o alcance da informação que deve ser fornecida e o seu grau de detalhe.
- 11 O órgão jurisdicional de reenvio observa que o fornecimento de informação detalhada e/ou periódica sobre o custo – devido à natureza dos serviços jurídicos e à eventual dificuldade do cliente em compreender a natureza, a extensão e as características específicas desses serviços – é considerado indispensável. Além disso, tendo em conta que a duração dos processos judiciais e/ou o alcance dos serviços jurídicos são muitas vezes difíceis de prever, o órgão jurisdicional de reenvio tem dúvidas razoáveis de que, nos casos em que apenas foram estabelecidos o montante (valor) dos honorários por hora pelos serviços jurídicos e o princípio de que o advogado deve ser pago pelos serviços efetivamente prestados com base no valor por hora, tal cláusula contratual possa ser entendida pelo consumidor médio não só nos planos formal e gramatical, mas também lhe permita calcular o custo final dos serviços jurídicos e as consequências económicas dessa cláusula. Esta falta de clareza da cláusula relativa ao custo não é eliminada pelo facto de esta cláusula ser apreciada em conjugação com as outras disposições dos contratos controvertidos, uma vez que a segunda cláusula, relativa ao pagamento, não especificava a frequência da apresentação de relatórios pelo prestador de serviços jurídicos e o pagamento dos serviços prestados.
- 12 Embora a natureza específica da prestação de serviços jurídicos possa muitas vezes tornar difícil prever quantas horas serão realmente despendidas na prestação de serviços jurídicos, um profissional (um advogado) deve ser capaz de apresentar, pelo menos, uma estimativa preliminar de determinados montantes, tendo em conta a informação fornecida pelo consumidor e as circunstâncias que lhe são conhecidas enquanto prestador de serviços quando o processo de celebração do contrato se inicia. O órgão jurisdicional de reenvio questiona se, quando avalia o carácter claro e compreensível de uma cláusula relativa ao custo num contrato de prestação de serviços jurídicos, o órgão jurisdicional nacional deve ter em conta, por exemplo, se o contrato fixa valores específicos para as

prestações (quando estes valores podem ser claramente definidos e indicados antecipadamente). Caso seja impossível determinar o número (ou duração) de ações específicas, e os respetivos honorários, no momento da celebração de um contrato de prestação de serviços jurídicos, deve o contrato especificar os custos indicativos do serviço (um orçamento preliminar para os serviços), ou será que, no entanto, tal exigência excede o que se pode razoavelmente esperar de um profissional e impõe um ónus excessivo e injustificado ao prestador de serviços (advogado)?

- 13 Além disso, o órgão jurisdicional de reenvio questiona se, a fim de garantir o respeito da exigência de transparência, a informação relativa ao custo dos serviços jurídicos e à forma como este é calculado pode ser fornecida ao consumidor através de meios adequados ou deve estar prevista no próprio contrato de prestação de serviços jurídicos, e se é possível compensar a falta de informação nas relações pré-contratuais com informação fornecida durante a execução do contrato. Por último, o órgão jurisdicional de reenvio pretende saber se a avaliação da exigência de transparência é afetada pelo facto de o custo final dos serviços jurídicos prestados apenas ser conhecido após o termo da representação pelo advogado num determinado processo.

Consequências para o órgão jurisdicional nacional se concluir que a cláusula relativa ao custo é abusiva

- 14 Caso se verifique que as cláusulas dos contratos controvertidos relativas ao custo não estão redigidas de maneira clara e compreensível (não cumprem a exigência de transparência), tais cláusulas devem ser avaliadas do ponto de vista da equidade. O artigo 6.2284, n.º 6, do CC, que transpõe o artigo 5.º da Diretiva 93/13 para a legislação nacional, estabelece que as cláusulas que não cumprem a exigência relativa ao carácter claro e compreensível são consideradas abusivas. Assim, a legislação nacional assegura um nível de proteção do consumidor mais elevado do que aquele que é garantido pela Diretiva 93/13 - o simples facto de a cláusula relativa ao custo não ser transparente é suficiente para que seja considerada abusiva.
- 15 O órgão jurisdicional de reenvio questiona se, caso se conclua que uma cláusula relativa ao custo não é expressa em linguagem clara e compreensível e, por conseguinte, está abrangida pelo âmbito de aplicação do artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 93/13, tem o dever de verificar se a cláusula impugnada dá origem a um desequilíbrio significativo nos direitos e obrigações das partes decorrentes do contrato, em detrimento do consumidor, ou se, no entanto, o simples facto de a cláusula relativa ao custo não ser transparente é suficiente para que seja considerada abusiva, nomeadamente à luz do nível mais elevado de proteção do consumidor previsto na legislação nacional a este respeito.
- 16 Além disso, o órgão jurisdicional de reenvio tem dúvidas quanto às consequências para o órgão jurisdicional nacional se este considerar que a cláusula relativa ao custo dos serviços jurídicos é abusiva. Tendo em conta que o preço é uma cláusula

de um contrato de prestação de serviços jurídicos que define uma obrigação essencial, o órgão jurisdicional de reenvio considera que a prossecução da execução dos contratos controvertidos sem a referida cláusula é juridicamente impossível segundo as regras do direito interno. Assim, a não aplicação da cláusula abusiva conduz à anulação dos contratos controvertidos. Por conseguinte, o órgão jurisdicional nacional deve restabelecer a situação em que o recorrido (o consumidor) se encontraria se a cláusula relativa ao custo que foi considerada abusiva não existisse. Contudo, uma vez que a natureza de um contrato de prestação de serviços a título oneroso torna impossível o restabelecimento dessa situação (os serviços já foram prestados), se o consumidor não estiver sujeito às cláusulas que fixam o custo no presente processo, o órgão jurisdicional nacional não pode condenar o consumidor a pagar ao advogado o custo dos serviços prestados. O órgão jurisdicional de reenvio tem dúvidas quanto à questão de saber se tal pedido de restabelecimento no presente processo não é contrário ao princípio da prestação de serviços a título oneroso.

- 17 Segundo o órgão jurisdicional de reenvio, as consequências a retirar da declaração da existência de uma cláusula contratual abusiva constituem uma sanção adequada para um empresário. No entanto, é possível questionar se tal sanção, caso o advogado não seja pago pelos serviços prestados, não conduz ao enriquecimento sem causa do consumidor e a um resultado excessivamente injusto (negar ao advogado o direito de receber uma remuneração pelos serviços prestados).
- 18 Por outro lado, o órgão jurisdicional de reenvio tem dúvidas quanto à questão de saber se a jurisprudência dos órgãos jurisdicionais nacionais (segundo a qual a declaração da existência de uma cláusula abusiva relativa ao preço do contrato permite ao tribunal reduzir o custo dos serviços prestados ou fixar o preço de custo desses serviços ou o preço mais baixo possível do contrato) não é contrária ao objetivo a longo prazo do artigo 7.º, n.º 1, da Diretiva 93/13, ou seja, tem dúvidas sobre a questão de saber se esta jurisprudência não elimina o efeito dissuasor para os profissionais que resulta do facto de essas cláusulas abusivas não serem de forma alguma aplicáveis ao consumidor, uma vez que estes profissionais mantêm o interesse em prestar tais serviços, pois sabem que, não obstante as referidas cláusulas serem consideradas abusivas, continuam a receber a remuneração mínima pelos serviços prestados, salvaguardando assim os seus interesses.

Apresentação sucinta da fundamentação do pedido de decisão prejudicial

- 19 A resposta às questões prejudiciais é fundamental para o presente processo, uma vez que permite determinar o alcance da informação que um advogado deve fornecer quando celebra contratos de prestação de serviços jurídicos com um consumidor, apreciar se a obrigação de fornecer informação foi devidamente cumprida e resolver a questão do pagamento da dívida relativa aos serviços jurídicos prestados.